

**Gisele Rosário Reis Silva**

Graduação em Pedagogia – UNISUAM

**Priscylla Bluszejn Moreira**

Graduação em Pedagogia – UNISUAM

**Stella Alves Rocha da Silva**

Mestre em Educação – UNISUAM/SEEDUC

Pedagoga; Coordenadora do Curso de Pedagogia - UNISUAM

**RESUMO**

O presente artigo discute a presença do Sexismo na Primeira Infância ressaltando a maneira negativa como a presença de práticas sexistas podem afetar o desenvolvimento das crianças. Deste modo, buscamos referências teóricas em estudos sobre gênero, desigualdade, sexualidade, sexismo e educação, que embasam nossos apontamentos, das quais podemos destacar Carvalho, Finco, Louro e Viana. Sua produção foi pautada na pesquisa documental de revisão bibliográfica, com realização de leitura exploratória, seletiva e interpretativa através de base de dados de fontes seguras. Consideramos, que boa parte dos profissionais, ainda se deixam afetar pelo conservadorismo que permanece presente atualmente, adotando posturas sexistas, mesmo que em poucos momentos, influenciando na construção social das crianças. Confirmamos a necessidade de formação docente para diversidade.

**Palavras-chave:** sexismo; educação infantil; gênero; desigualdade.

**INTRODUÇÃO**

A presente pesquisa se dedicou a abordar o sexismo presente na primeira infância que pode comprometer a oferta de uma educação de qualidade, afetando assim o desenvolvimento voltado para cidadania. Crianças que convivem diariamente com divisões direcionadas pelo sexo, seja em casa, ou em instituições educacionais, podem ser impedidas de se manifestarem crítica e criativamente. Em pleno auge da formação, momento em que iniciam sua construção de conceitos é extremamente necessário combater posturas sexistas.

A questão norteadora do nosso trabalho aborda a seguinte indagação: de que forma o sexismo, enraizado culturalmente no cotidiano da Educação Infantil, impede a oferta de uma educação pautada na diversidade que promova a equidade e afeta negativamente as crianças?

Objetivamos neste artigo analisar a presença de práticas sexistas envolvidas nas atividades, nas atitudes dos educadores nos ambientes escolares na Primeira Infância que resultam na (re) produção da desigualdade entre os sexos. Bem como, confirmar a presença de práticas sexistas evidentes no cotidiano da infância, exemplificar atividades que promovem a desigualdade de gênero na Educação Infantil e valorizar a necessidade de estruturarmos práticas que promovam a igualdade.

Sabendo-se que nas instituições de ensino temos a presença de diferentes grupos sociais que se socializam e entendendo que o ser humano é uma construção do meio, as unidades de ensino deveriam ter um comportamento em que prevalecesse a igualdade de gêneros, mas, ao contrário disto, é possível perceber que elas ainda sofrem grandes influências da comunidade escolar que age de maneira preconceituosa, adotando práticas sexistas e discriminatórias.

Diante dos fatos, reforça-se a necessidade de refletirmos acerca do sexismo na primeira infância e sua forte presença no cotidiano da Educação Infantil, para que assim, possamos desconstruí-lo e oferecer uma educação pautada na igualdade.

Este artigo está de acordo com a linha de pesquisa, do curso de Pedagogia da Unisuam, Produção de Novos Saberes: contextos educacionais, história, currículo, metodologias e práticas pedagógicas, tendo como eixo temático educação e diversidade: exclusão e resistência no contexto educacional.

## **PRÁTICAS SEXISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Desde seu início, a educação sofre forte influência do patriarcado, sendo carregada de práticas que reforçam a divisão entre homens e mulheres. Mesmo na primeira infância já é perceptível uma organização que, na maioria das vezes, favorece a desigualdade e colocam meninas (mulheres) em um lugar de submissão e meninos (homens) em um lugar de domínio. (AFFONSO, 2019)

Ao longo do tempo a educação vem sofrendo mudanças, algumas positivas outras retrógradas nas abordagens que envolvem gênero. Muito além das diferenças biológicas das crianças, a sociedade mantém um posicionamento que aponta para as diferenças de comportamentos, emoções e competências e assim seguem (re)produzindo uma educação desigual.

“Meninos e meninas desenvolvem seus comportamentos e potencialidades a fim de corresponder às expectativas de um modo singular e unívoco de masculinidade e de feminilidade em nossa sociedade” (FINCO, 2015, p.49). Nas creches, pré-escolas e famílias existe uma clara divisão entre masculinidade e feminilidade, onde são atribuídos comportamentos, gestos, gostos, brinquedos e brincadeiras pertinentes ao que a sociedade entende como “normal” para cada grupo segundo o gênero. Essa divisão já se faz presente antes mesmo das crianças nascerem, quando se preparam enxovais extremamente baseados no sexo.

As práticas sexistas nos ambientes educacionais acontecem diariamente, algumas vezes de forma tão natural que as tornam imperceptíveis para aqueles que não possuem um olhar sensível. A sociedade ainda pauta a criação das crianças em bases conservadoras, que muitas das vezes impedem o desenvolvimento livre (AFFONSO, 2019). Problematizar o sexismo na Educação Infantil, envolve oferecer uma formação docente que permita práticas que promovam a igualdade e a liberdade de expressão das crianças.

“As crianças são educadas para se comportar de maneira diferente do exercício da sexualidade, a carreira profissional, o uso do corpo e as expressões do sentimento possibilitam que elas aprendam a ser homem ou mulher”. (CLARO, 2018, p.71), é na primeira infância que a criança se constrói social e culturalmente, e é neste período que devemos evitar uma visão “adultocêntrica”, entretanto os educadores seguem moldando crianças dentro de padrões preestabelecidos pelo modelo de sociedade patriarcal, buscando doutriná-las como homens e mulheres.

Dentre os direitos de aprendizagem apontados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017, p. 38), destacamos:

**Conhecer-se** e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Para garantir este direito de construção da identidade é necessário que os docentes estejam preparados para ofertarem propostas que articulem com a equidade, permitindo que as crianças interajam e desenvolvam-se livremente. Contudo, ainda vivemos um grande impasse no que diz respeito ao gênero, nossa sociedade ainda segue um caminho ultraconservador, com posicionamentos políticos e religiosos que acabam influenciando a prática docente. (AVILA, 2011).

A falta de formação e as crenças de muitos docentes, permanecem sendo fatores relevantes na oferta de uma educação em que prevalece a desigualdade e impede que as crianças que não se identificam com os “modelos” propostos/impostos pela base conservadora construam uma imagem positiva de si mesmas. (FRANÇA, 2011)

“Parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças”. (BNCC, 2017, p. 39) Para que uma criança, torne-se de fato “um sujeito histórico de direito”, protagonizando a própria aprendizagem na busca por esse desenvolvimento pleno, é necessário que as propostas promovam a igualdade, que todas as crianças recebam as mesmas instruções de maneira imparcial. É no convívio com o outro que o desenvolvimento acontece.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, artigo 29 (LDB, 1996):

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Portanto sendo ela a base do processo educacional. É nela que começam as reproduções dos discursos de gênero. Nesta fase a criança inicia a sua construção social, sendo fortemente influenciada pelo meio em que vive e afetada pelas concepções dos adultos que a elas transmitem uma educação generalizada que (re)produz preconceitos.

“A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o "lugar" dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas” (LOURO, 1997, p.57), em muitas instituições os padrões estereotipados permanecem sendo abordados de maneira muito natural e influenciando fortemente as crianças., inibindo que se expressem de acordo com suas vontades.

Esses padrões estão presentes nos ambientes, nas propostas pedagógicas, nas posturas de muitos educadores e da comunidade escolar. É notório que a “passagem pelos bancos escolares deixa marcas. Permite que se estabeleçam ou se reforcem as distinções entre os sujeitos. Ali se adquire todo um jeito de ser e de estar no mundo” (LOURO, 2002, p. 125). Muitas crianças chegam ao ambiente educacional trazendo uma bagagem que favorecem a desigualdade, o papel das instituições e promover um ambiente igualitário, valorizando a pluralidade. Entretanto, muitas instituições ainda adotam práticas sexistas e fortalecem pensamentos e posturas preconceituosas.

Segundo Carvalho, uma discriminação a outro gênero, que se manifesta hostilmente e/ou sutilmente, configura sexismo. E, se as crianças internalizam esse preconceito, a capacidade de interação delas com seus pares pode ficar restrita. Ela aponta ainda a tendência dos familiares a propagar atitudes sexistas, uma vez que eles transferem conhecimentos às crianças ditando formas de comportamento em determinados contextos sociais. Sendo assim, a influência dos responsáveis pode nos mostrar possíveis comportamentos futuros das crianças. Levando em consideração a impregnação de valores patriarcais da sociedade, as crianças, por sofrerem pressão do grupo pertencente, estão propícias a reproduzirem esses comportamentos. (CARVALHO, 2016)

Assim como as famílias, as instituições de ensino também fomentam práticas sexistas culturais, de acordo com Ferreira,

A escola produz e reproduz conteúdo e identidades culturais. Reproduz porque, como faz parte da sociedade participa das representações que, nessa circulam. A escola também é reprodutora de cultura, por ser um

microcosmo com capacidade de elaboração de práticas particulares, conforme as circunstâncias e os indivíduos que nela convivem. Em termos da reprodução de diferenças de gênero, devemos reconhecer que a própria organização do trabalho pedagógico em sala de aula, já vem muitas vezes marcada pela necessidade de estabelecer relações (FERREIRA, 2006, p. 72).

Sendo o ambiente educacional o local onde as crianças passam boa parte do dia, é de suma importância que o mesmo esteja preparado para promover momentos de interações que respeitem as crianças, que as ofereçam ricas atividades diversificadas garantindo todos os seus direitos assumindo uma posição íntegra na promoção de uma educação equânime.

## **O QUE CONFIGURA SEXISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL?**

A presença de atitudes que promovem tratamento diferenciado entre meninos e meninas é frequente em muitos espaços educacionais, acontecendo de maneira natural por estarem enraizadas culturalmente na sociedade. Elas começam na comunidade familiar e se espalham por outros ambientes.

A prática sexista está presente em murais, brincadeiras, falas, atividades de rotina, por exemplo. Quem nunca ouviu falas como: “Meninos não brincam de bonecas”, “Isso é brincadeira de menino”, “Menino não chora”, “Você é um homem ou um rato?”, “Você é uma princesa, não pode ficar correndo por aí”.

Como apontam Vianna e Finco (2009, p. 273),

Meninas e meninos são educados de modos muito diferentes, sejam irmãos de uma mesma família, sejam alunos sentados na mesma sala, lendo os mesmos livros ou ouvindo a mesma professora. A diferença está nas formas aparentemente invisíveis com que familiares professoras e professores interagem com as crianças.

Independente dos locais por quais circulem, nos lares ou escolas, as diferenças de tratamentos entre meninos e meninas estão presentes, ainda que acessando os mesmos locais e recebendo as mesmas informações., anunciando uma educação desigual. Meninas são criadas e incentivadas a serem meigas e frágeis, enquanto os meninos precisam ser valentes, corajosos e não demonstrarem seus medos e anseios. E aqueles que apresentam comportamentos que diferem do almejado pelo seu grupo social, acabam sendo apontados como “anormais”.

Elas ainda afirmam que:

O minucioso processo de feminilização e masculinização dos corpos, presente no controle dos sentimentos, no movimento corporal, no desenvolvimento das habilidades e

dos modelos cognitivos de meninos e meninas está relacionado à força das expectativas que nossa sociedade e nossa cultura carregam. Esse processo reflete-se nos tipos de brinquedos que lhes são permitidos e disponibilizados: para que as crianças “aprendam”, de maneira muito prazerosa e mascarada, a comportar-se como “verdadeiros” meninos e meninas. (VIANNA; FINCO 2009, p. 272-273).

Em muitas instituições educacionais, acontece a oferta de brinquedos separados de acordo com o que a sociedade classifica como sendo o ideal para cada gênero, numa divisão comum na qual as meninas recebem bonecas, acessórios e utensílios domésticos e os meninos ficam com carros, bolas, espadas., em uma perspectiva de moldar meninos e meninas naquilo que o meio social considera o ideal de acordo com os gêneros. Existem adultos, no ambiente escolar e em outros locais, que se posicionam de forma totalmente ditadora nos momentos em que alguma criança opta por brincar com brinquedos que eles consideram ser do sexo oposto, reprimindo com famosas frases como: “Esse brinquedo é de menino (a).” Ou ainda: “Vá brincar com os (as) meninos (as).”

Esse padrão de separação se expande às brincadeiras que na maioria das vezes são atribuídas de acordo com o gênero de forma arcaica que promovem o sexismo e reforçam a desigualdade. Onde se percebe, em muitos momentos, brincadeiras distintas para meninos e meninas, divisão em filas que acompanham o mesmo ritmo. Com certeza você já ouviu propostas como: “meninos contra meninas” ou “meninas para um lado e meninos para o outro”.

Ele também se faz presente na maneira como são organizados os espaços, como placas, muitas das vezes rosas e azuis, que caracterizam banheiros femininos e masculinos, nos murais de contagem de crianças, nas chamadas.

Silva (2014, p.18) nos aponta que:

Apesar das escolas hoje serem mistas, a educação que oferecem ainda é diferenciada, pois encaminha meninos e meninas para diferentes carreiras e trabalhos. Os/as alunos/as de uma mesma sala têm o/a mesmo/a professor/a, os mesmos livros didáticos, as mesmas atividades, mas, ainda assim, continuam aprendendo o que é próprio ou impróprio para um menino ou uma menina.

Essa divisão, que atribui expectativas que diferenciam meninos de meninas, está fortemente presente pelos mais diversos locais por onde circulam crianças, e conseqüentemente acabam fortalecendo a desigualdade entre sexos influenciada pelo patriarcado como pontua Carvalho (2016, p.14-15):

Em virtude da pressão social do grupo de pertença, as crianças estão inclinadas a agir de acordo com os moldes de uma sociedade cujas práticas encontram-se carregadas de princípios patriarcais – valores, crenças e normas que tem como finalidade a manutenção das diferenças de poder nas relações sociais. De outra maneira, as crianças aprendem a socializar-se de forma a sustentar uma hierarquia de poder nas suas relações sociais. Com efeito, a propagação de uma imagem estereotipada do gênero e, em consequência, a manutenção das desigualdades de gênero limita as experiências das crianças na medida em que uma expectativa é criada em torno destas e um cuidado diferenciado é dado ao menino e à menina.

No tempo em que estão em instituições escolares as crianças são direcionadas a se encaixarem no “modelo social conservador”. Docentes, inúmeras vezes, assumem uma postura fiscalizadora, na qual mantém forte vigilância sobre as crianças, buscando adequá-los no modelo esperado pela sociedade. Com uma ênfase intensificada com meninos que gostam de brincar de bonecas ou até mesmo com meninas. Ainda bem cedo meninos aprendem que compartilhar experiências com meninas pode desvalorizá-los. Comportamentos que se diferenciem do padrão estabelecido, causam preocupação geral em docentes, equipe pedagógica e famílias, que por encará-los como problemas, precisam encontrar soluções. E assim as crianças vão crescendo acreditando que vivem em mundos opostos e que devem manter suas vivências longe do sexo oposto. (FELIPE, 2004, p. 34).

## **PRÁTICAS QUE PROMOVAM A IGUALDADE DE GÊNERO**

A maneira como as crianças serão educadas vai impactar significativamente com a vida que vão levar. Ainda nos dias de hoje os meninos e meninas são tratados de forma diferente: A menina usa rosa e o menino usa azul. A menina brinca de boneca, brinquedos que tem ligação com cuidar de casa e maternidade, como carrinhos de bebê e acessórios de cozinha. O menino brinca de carrinho e brinquedos que instiguem o poder, como armas, jogos e super-heróis. A menina faz balé e o menino joga futebol. E ainda se o menino quiser brincar de comidinha, o pai manda parar porque não é brincadeira de menino. A menina vai arrumar a casa e o menino vai jogar videogame, porque as tarefas de casa são coisas de menina. O menino vai querer ser bem-sucedido, pois a sociedade valoriza o comportamento masculino perante o trabalho. A menina vai crescer, trabalhar e ganhar menos que o homem, fazendo as mesmas coisas. E com esse pensamento de que o homem tem mais poder que a mulher, tem homem que abusa desse pensamento. Existe uma diferença na forma de ensinar aos meninos e meninas em relação ao comportamento, cumprimento de regras, encorajamentos, manifestação de afeto e expressão de emoções.

Se você vê um pai trocando a fralda de um bebê, a primeira coisa que as pessoas pensam é que a mãe não pôde ou que aquele homem é extraordinário, mas é uma coisa que deveria, sim, ser natural e até uma obrigação por ser pai. A menina pode querer fazer judô ao invés de ginástica e esta decisão ser normal. Até no trânsito, se alguém faz uma barbearagem, a pessoa já solta um comentário de que devia ser uma mulher no volante (APAV, 2019).

A própria sociedade é quem constrói essa visão de que os meninos são fortes e que as meninas são frágeis. De que os homens quem tem que proteger a mulher, pois as mulheres são fracas. E geram uma expectativa em cima dos comportamentos de homens e mulheres, onde as mulheres cuidam da casa e homens cuidam da sua carreira profissional, não havendo a obrigação do homem participar de forma ativa na vida familiar.

O resultado disso:

- Apenas 18% das empresas no Brasil têm cargos de presidente ou diretores executivos ocupados por mulheres.
- Segundo a Unicef, mais de 700 milhões de mulheres se casaram na infância.
- 2,7 bilhões de mulheres enfrentam restrições a oportunidades de emprego apenas por serem mulheres.
- 104 países proíbem a mulher de fazer alguma coisa, por lei. Coisas como não poder atuar em determinadas áreas, países que não possuem leis contra o assédio sexual, maridos poderem proibir as mulheres de trabalhar ou necessitar da autorização de marido para abrir conta em banco.

É necessário rever posturas e encontrar uma maneira de inovar com relação ao gênero, contudo precisamos de uma nova linguagem. É necessário investigarmos novas formas para tratarmos desse assunto, buscando realmente algo novo. (MOTTA, 2004, p. 61).

Não apenas na escola, como em qualquer lugar é possível promover essa igualdade oferecendo direitos, oportunidades e tratamentos iguais tanto para as meninas quanto para os meninos.

Professores e professoras, muitas vezes, continuam (re)produzindo de forma discreta ensinamentos diferentes de comportamento entre meninos e meninas promovendo desigualdade, por não estarem a par de temas que envolvem gênero e sexualidade. (FELIPE, 2004, p.39)

Dividir responsabilidades e tarefas de modo igual, para que o menino cresça entendendo que deve ajudar com as tarefas e não ficar olhando como se não tivesse obrigação nenhuma com aquilo, e onde também a mulher possa ter a chance de ter oportunidades iguais aos do homem ao entrar para o mercado de trabalho. Dessa maneira, os homens vão parar de pensar que tem mais poder do que as mulheres.

A escola precisa quebrar essa imagem de que o homem foi feito para ser o chefe e a mulher para cuidar do lar. Precisa ter esse diálogo com as

crianças, falar abertamente sobre os gêneros, sobre não existir isso de “coisa de menina e coisa de menino”. As meninas podem ser quem elas quiserem e os meninos precisam entender que as meninas são iguais a eles, e respeitar esse espaço e participar das mesmas coisas.

Dar ou não a possibilidade para que as crianças brinquem com determinados brinquedos, “não é definidor da subjetividade”. Ter um olhar atento sobre as crianças pode impedir que professores tenham atitudes preconceituosas, oportunizando um trabalho de maior qualidade. (SAYÃO, 2004, p. 46)

Os brinquedos são os mesmos para os dois, respeitando as características pessoais de cada um. Devemos incentivar que brinquem juntos, com os mesmos brinquedos. De acordo com Sayão, o fato de crianças brincarem com brinquedos do sexo oposto, não as definem e ainda pode preservá-las de atitudes preconceituosa. Por exemplo: Se o menino brincar de casinha junto com a menina, quando ele crescer vai achar normal dividir as tarefas domésticas com as mulheres. E ao brincarem com as mesmas coisas, o menino vai ver que os dois têm a mesma importância sobre qualquer coisa que estiverem fazendo.

E tudo bem a menina brincar de maquiagem, bonecas e o menino brincar de carrinho, mas a questão é o incentivo. Deixar que brinquem com outras coisas também sem esse conceito do que é de menina e de menino. Se você só impõe que a menina brinque de boneca e não com jogos de raciocínio, você está tirando a oportunidade da menina desenvolver alguma competência que pode trazer algo positivo pra ela. Assim como o menino, deixar que ele brinque de casinha pode desenvolver nele a capacidade de ter cuidado com a própria casa.

Não devemos dizer para uma menina que ela não pode fazer tal coisa pois aquilo é coisa de menino, pois além de diminuir a menina em si, diminui também as oportunidades de vida da menina e ainda diminui as possibilidades de meninos verem ela como uma pessoa igual a eles.

Assim como alguém diz para um menino que chorar não é coisa de homem, o menino engole o choro e segue. Assim como as meninas, os meninos também não devem reprimir os seus sentimentos. Isso não faz dele menos menino e as emoções são essenciais para o nosso desenvolvimento.

Sabemos que meninas e meninos são diferentes, mas apesar das suas diferenças, eles têm os mesmos direitos, obrigações e oportunidades. Inclusive, isso é um princípio dos Direitos Humanos, onde todas as pessoas nascem iguais, independente da condição social, racial ou de sexo.

Não é possível mudar as relações que envolvem gênero, sem trazer um novo olhar, precisamos repensar novas linguagens e assim desenvolver uma postura inovadora.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Buscamos neste artigo discutir a presença do conservadorismo nos espaços que permeiam a primeira infância e a forma como a relação entre

crianças e adultos podem influenciar na formação social das crianças. Crianças são expostas diariamente a uma divisão por sexo entranhada culturalmente na nossa sociedade causando até mesmo a desigualdade, expressando preconceitos, discriminações e privilégios. Considerando a complexidade das questões de gênero e a forma como práticas sexistas estão presentes no cotidiano da educação infantil, sentimos a necessidade de pesquisar sobre o assunto. Para evidenciar tais práticas realizamos leituras exploratórias de importantes referências da temática para embasamento.

No primeiro tópico buscamos destacar como práticas sexistas estão presente no cotidiano das Instituições de Educação Infantil e como, na maioria das vezes, acontecem de forma natural, no segundo tópico discriminamos atividades, organizações de espaços e posturas que marcam uma divisão de gênero e reforçam a desigualdade, no terceiro tópico apontamos a necessidade de práticas que promovam uma educação igualitária pautada na equidade.

Tivemos como objetivo geral analisar a presença de práticas sexistas envolvidas nas atividades, nas atitudes dos educadores e nos ambientes escolares na Primeira Infância que resultam na reprodução da desigualdade entre os sexos, práticas essas derivadas do patriarcado e bases conservadoras. Enxergamos as escolas e outras instituições de ensino como forte potência para uma formação equânime, reconhecendo a grande influência que exercem sobre as crianças.

Durante a primeira infância, nos primeiros contatos com as instituições de ensino, as crianças vão vivenciar momentos que podem marcar as suas vidas. Quando as instituições não estão preparadas para a diversidade, estas marcas muitas vezes impossibilitam um desenvolvimento livre. Acreditamos numa educação que permita uma formação livre de uma visão conservadora que determina o que é ser menino e o que é ser menina. Os espaços escolares são importantes referências para cidadania.

Abordar esta temática é extremamente importante para promoção de uma educação equânime, livre de distinções. Sim, temos profissionais exercendo práticas conscientes, mesmo que em alguns momentos sejam influenciados pelo conservadorismo, contudo precisamos de práticas mais significativas que reestruturem a educação. Verificamos ainda, a necessidade de formação inicial sobre questões de gênero e sexualidade, bem como formação continuada para docentes em exercício com palestras, seminários e outros veículos. Reconhecemos a suma importância de políticas educacionais que encorajem profissionais a resistirem, renovarem e reinventarem novas práticas na busca da equidade na formação de cidadãos.

## **REFERÊNCIAS**

**AFFONSO, J. B. A. As questões de gênero na educação infantil, 2019**

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. **Guia para Famílias – Sensibilizar e educar para a igualdade de gênero**, 2019. Disponível em: [https://apav.pt/publiproj/images/yootheme/PDF/Guia\\_Familias\\_Sensibilizar\\_Educar\\_Igualdade\\_Genero.pdf](https://apav.pt/publiproj/images/yootheme/PDF/Guia_Familias_Sensibilizar_Educar_Igualdade_Genero.pdf). Acessado em dezembro de 2021.

Apesar de avanços, as mulheres ainda enfrentam obstáculos para exercer direitos aos trabalhos. **The World Bank**, 27 de fev. de 2019. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/07/mais-de-700-milhoes-de-mulheres-se-casaram-na-infancia-diz-unicef.html>. Acessado em dezembro de 2021

AVILA, A H; TONELI, M J F; ANDALÓ, C S de A. Professores/as diante da sexualidade-gênero no cotidiano escolar. **Psicologia em Estudo**, v. 16, p. 289-298, 2011.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996. BRASIL.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CARVALHO, N. C. **Estilos de socialização parental, identidade de gênero e sexismo na infância**. 2016. 132 f. Dissertação (Pós-Graduação em Psicologia Social) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016.

CLARO, A; PASSAGEM, F S.; GUINATO, L. CONSTRUÇÃO DE GÊNERO E VIOLÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL. **Cadernos da Pedagogia**, v. 11, n. 22, 2018.

Desafio da Igualdade. **Plan Internacional**. Disponível em: [http://desafiodaigualdade.org.br/?gclid=Cj0KCQjwkbukBhDRARIsAALysV6SJgf1aiovwezPfJutSu2-59SONvwY8NreZTmKasUxgGVp2YI7hlaAsGDEALw\\_wcB#desafio](http://desafiodaigualdade.org.br/?gclid=Cj0KCQjwkbukBhDRARIsAALysV6SJgf1aiovwezPfJutSu2-59SONvwY8NreZTmKasUxgGVp2YI7hlaAsGDEALw_wcB#desafio). Acessado em dezembro de 2021

FELIPE, J. Entre batons, esmaltes e fantasias. In: MEYER, D; SOARES, R (org.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FERREIRA, M. O. V. **Docentes, representações sobre relações de gênero e consequências sobre o cotidiano escolar**. In: SOARES, G. F.; SILVA, M. R. S. da; RIBEIRO, P. R. C. (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade. Problematizando práticas educativas e culturais**. Rio Grande/RS: Edit da FURG, 2006, pp. 66-82.

FINCO, D. Questões de gênero na educação da pequena infância brasileira. **Studi Sulla Form [Internet]**, v. 18, n. 1, p. 47-57, 2015.

FRANÇA, F. F; CALSA, G. C. Gênero e sexualidade na formação docente: desafios e possibilidades. **Revista Sociais e Humanas**, v. 24, n. 2, p. 111-120, 2011.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: [http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil\\_como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa.pdf](http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa.pdf) Acesso em: 18/03/2021

GRISOTO, R. 104 países proíbem a mulher, por lei, de fazer alguma coisa – e o Brasil está no grupo. **Época Negócios**, 15 de jun. de 2018. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2018/06/104-paises-proibem-mulher-por-lei-de-fazer-alguma-coisa-e-o-brasil-esta-no-grupo.html>

LOURO, G. L. **Currículo, gênero e sexualidade**. Lisboa: Porto editora, 2000.  
OLIVEIRA, Zilma Rama de. Educação infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008, pp. 57-102.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 1997.

**Escola Básica na virada do século: Cultura, política e currículo**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p.125

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?** Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

MOTTA, F. de M. Gênero, sexualidade e educação. In: SARTORI; A. J; BRITTO, N. S. (org.). **Gênero na educação: espaço para diversidade**. Florianópolis: Genus, 2004.

PRADO, A. L. Apenas 18% das empresas do Brasil têm mulheres como presidente. **Época Negócios**, 16 de ago. de 2018. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2018/08/apenas-18-das-empresas-do-brasil-tem-mulheres-como-presidente.html>

PRESSE, Fr. Mais de 700 milhões de mulheres se casaram na infância, diz Unicef. **G1**, 22 de jul. de 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/07/mais-de-700-milhoes-de-mulheres-se-casaram-na-infancia-diz-unicef.html>

SAYÃO, D T. Infância, sexualidade e educação: Aspectos das relações profissionais e crianças. In: SARTORE, Ari José; BRETTO, Néli Suzana (orgs.). **Gênero na educação: espaço para diversidade**. Florianópolis: Genus,2004.

SILVA, K. I. L. da. **Autoconceito de gênero em crianças da educação infantil**. 2014.

VIANNA, C; FINCO, D. Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. **Cadernos pagu**, p. 265-283, 2009.